



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 201600557

Código MEC: 1348201

Código da Avaliação: 129800

Ato Regulatório: Credenciamento de Escola de Governo

Categoria: Instituição
Módulo:

Status: Finalizada

Instrumento: 286-Instrumento de Avaliação Institucional Externa, Credenciamento e Recredenciamento de Escolas de Governo - Lato Sensu

Tipo de Avaliação: Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Endereço da IES:

77015 - Prédio Interlegis - Diretoria - Via N2, Edifício ILB, s/n Área Central. Brasília - DF.
 CEP:70650-900

Informações da comissão:

Nº de Avaliadores : 3

Data de Formação: 15/08/2017 13:33:12

Período de Visita: 29/10/2017 a 02/11/2017

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

ROSANE SEGANTIN KEPPEKE (09950739888)

MARCIO LEMOS COUTINHO (83122265591)

Glaucia Paula Bernardes Guarany (89708741787) -> coordenador(a) da comissão

Conforme informado pela EGOV:

"Razão Social: SENADO FEDERAL DO BRASIL

Base Legal da Organização: Portaria 96 de 7 de fevereiro de 2013.

Nome da Escola de Governo: INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO - ILB

Endereço: Via N2, Edifício ILB Nº: s/n Cep: 70650900

Brasília/DF

Fone/Fax: 61 33444769

Diretor: ANTONIO HELDER MEDEIROS REBOUCAS
Nome: VALÉRIA RIBEIRO DA SILVA FRANKLIN ALMEIDA
Telefone: 3303-2552
E-mail: lela@senado.leg.br
Cargo: Coordenadora da COESUP - Coordenação de Educação Superior

BASE DE ATUAÇÃO

Missão: Produzir, integrar e disseminar conhecimento para aprimorar o Poder Legislativo em benefício da sociedade.

O ILB, em 2016, encampou a UNILEGIS (Universidade do Legislativo) e o INTERLEGIS (programa pioneiro desde 1997 de modernização e integração do Poder Legislativo no Brasil), tornando-se uma grande estrutura de educação corporativa. Hoje, possui uma variada oferta de cursos de extensão presencial desenvolvidos pelo COTREN (Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino) e em EAD com mais de 800 mil alunos. Também planeja e executa toda a parte de treinamento e desenvolvimento para o Senado, sendo a responsável por compor o PAC (Plano Anual de Capacitação) da instituição. A COESUP (Coordenação de Educação Superior) é a responsável pela oferta dos cursos lato sensu, possuindo hoje em seu portfólio 9 cursos de especialização, estando 3 em andamento.

Breve histórico da instituição:

O Senado Federal vem desenvolvendo atividades educacionais para formação, profissionalização, atualização e aperfeiçoamento de seu quadro de servidores desde 1970, sob várias denominações institucionais. Inicialmente, por meio do Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, depois, pelo Centro de Formação e Administração Legislativa (CEFAL), transformado, em seguida, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (CEDESEN), substituído, a partir de 1997, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Esse último foi instituído já sob a égide da Constituição Federal (CF) de 1988, que em seu artigo 39, inciso 2º, determinou que a "União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos". Com isto, passou a fazer parte das atribuições dos entes federados planejar ações que promovam a melhoria da qualidade de seu capital humano.

Assim, o ILB vem aperfeiçoando seu modus operandi, por meio do oferecimento para servidores da Casa e de órgãos conveniados de: a) cursos presenciais de formação e capacitação; b) educação a distância para o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal e para a sociedade em geral, utilizando metodologia própria e diversas mídias, tais como internet, vídeo (transmitidos pelo Canal ILB), TV e Rádio Senado; e c) outras atividades de ensino.

A partir de 2001, com a criação da Universidade do Legislativo - Unilegis, cujo órgão executivo era o ILB, iniciou-se oferta de educação superior, por meio da realização de cursos de pós-graduação "lato sensu" em parceria com renomadas instituições.

A grande experiência educacional adquirida e o aumento da demanda por formação continuada em nível de pós-graduação na área legislativa levaram o Senado Federal a desenvolver seu próprio programa de pós-graduação, e a buscar o credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC), o que ocorreu por meio da Portaria nº 96, de 07 de fevereiro de 2013".

Tais informações foram confirmadas no exame da documentação e nas entrevistas realizadas com o corpo dirigente, a CPA, o corpo docente, o corpo técnico-administrativo e o corpo discente do ILB, por ocasião da visita da comissão de avaliação.

DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
CARLOS EDUARDO GASPARINI	Doutorado	Horista	Estatutário
Fernando Boarato Meneguin	Doutorado	Horista	Estatutário
JOAO HENRIQUE PEDERIVA	Doutorado	Horista	Estatutário
JOAO TRINDADE CAVALCANTE FILHO	Mestrado	Horista	Estatutário
Luciano Henrique da Silva Oliveira	Especialização	Horista	Estatutário
Luiz Carlos Santana de Freitas	Mestrado	Horista	Estatutário
Luiz Fernando Bandeira de Melo Filho	Mestrado	Horista	Estatutário
Paulo Fernando Mohn e Souza	Mestrado	Horista	Estatutário
Rafael Silveira e Silva	Doutorado	Horista	Estatutário
ROBERTA SIMOES NASCIMENTO	Mestrado	Horista	Estatutário
ROGERIO DE MELO GONCALVES	Mestrado	Horista	Estatutário
Tiago Ivo Odon	Doutorado	Horista	Estatutário
Victor Aguiar Jardim de Amorim	Mestrado	Horista	Estatutário

CATEGORIAS AVALIADAS

Dimensão 1: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.100

1.1. Coerência entre a missão institucional, as metas e os objetivos do PDI

4

Justificativa para conceito 4: A missão institucional guarda muito boa relação com as metas e objetivos institucionais estabelecidos no PDI 2016-2020, endossada nas reuniões realizadas com o corpo dirigente. Entretanto, registra-se que não há neste um detalhamento das ações em nível da gestão de projetos.

1.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional (considerar a CPA, sua representatividade e suas competências)

4

Justificativa para conceito 4: O processo de autoavaliação contempla a dimensão das necessidades institucionais a partir das representações da Diretoria Executiva do ILB e da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal. A dimensão pedagógica é contemplada a partir da participação de representantes do corpo discente, do corpo docente, dos coordenadores de curso, da sociedade civil e dos técnicos administrativos o que permite analisar em que medida os processos educativos propostos alcançam resultados significativos para a instituição e para os indivíduos que deles participam. A CPA foi instituída em 2015 e tem periodicidade mensal de reuniões. Dentre as várias modalidades de avaliação instituída no nível dos discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos etc., vale o destaque para duas modalidades: 1) o fechamento dos cursos num evento chamado "Aula da Saudade" onde registra-se qual a percepção generalizada dos alunos quanto a tudo que foi aprendido e o que pode ser melhorado e, 2) a pesquisa de percepção da escola (ILB) junto ao corpo de profissionais do Senado, mesmo para aqueles que nunca fizeram nenhum curso, para se ter uma ideia de como a escola é percebida.

1.3. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino

4

Justificativa para conceito 4: As atividades de ensino desenvolvidas guardam relação direta com os elementos do PDI no que diz respeito aos objetivos, metas e projetos estratégicos propostos. As atividades de ensino buscam fortalecer e aprimorar a missão central da instituição, sendo vistas como um elemento que qualifica e direciona o próprio fazer cotidiano da instituição.

1.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais (aplica-se quando previsto no PDI)

4

Justificativa para conceito 4: As atividades de pesquisa previstas guardam relação muito boa com os principais objetivos do PDI, organizadas a partir da implantação de grupos de estudos e

linhas de pesquisas, tendo como referência os cursos de oferta regular e outras demandas institucionais.

1.5. Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social 4

Justificativa para conceito 4: O Senado apresenta um conjunto de ações de responsabilidade social por meio de inúmeros projetos como Jovem Senador, premiação a alunos de escolas públicas de todo o Brasil e outros mais, mas cabe aqui como destaque a inserção de colaboradores da APAE que participam do processo de limpeza e manutenção do acervo da Biblioteca. A preocupação com a inclusão social também está presente no ILB através de ações como a incorporação de "jovens aprendizes", acolhimento de estagiários no processo de trabalho, docente cadeirante, bem como no desenvolvimento de cursos de Libras e sua inclusão na plataforma e nos cursos EAD. A escola carece de maior investimento em mais ações de cunho social. Há previsão no PDI de treinamento específico para atendimento à pessoa com deficiência a ser realizado no Instituto de Cegos de Brasília.

1.6. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial 5

Justificativa para conceito 5: O PDI prevê ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial a partir de processos educativos como por exemplo no "Temas Contemporâneos de Gênero e Raça" organizado em formato de 22 vídeos-aulas que abordam temas de gênero e raça, tangenciando os seguintes conteúdos: Feminismo no Brasil; Desigualdade de Gênero; Divisão Sexual do Trabalho; Políticas Públicas e Transversalidade de Gênero; Participação das Mulheres na Política; Discriminação Racial; Ações Afirmativas e Violência contra Jovens Negros. Em parceria com o Senado são formuladas e desenvolvidas palestras e sessões técnicas relacionadas aos temas dos Direitos Humanos (acessibilidade, violência, saúde da mulher, aleitamento materno, infância e juventude e cultura) e Igualdade Étnico-racial.

1.7. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural 4

Justificativa para conceito 4: O PDI prevê o desenvolvimento de ações que consideram os aspectos relacionados ao cuidado e preservação do Meio Ambiente, como a digitalização de processos (diminuindo a quantidade de arquivos impressos), a economia de energia, a coleta seletiva de pilhas e aparelhos eletrônicos e o uso consciente de copos descartáveis. A memória e o patrimônio cultural estão sendo valorizados via projetos do Senado, através das ações da Biblioteca com a manutenção do acervo institucional e publicações que resgatam a história da instituição e suas grandes personalidades, pelo cuidado na exposição de mobiliário da época da criação do senado, pela exposição permanente de obras de Niemeyer, de Burle Marx, de Athos Bucão e tantos outros. O setor de audiovisual também produz e armazena material valorizando a cultura organizacional e o seu quadro de servidores.

1.8. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica 4

Justificativa para conceito 4: O processo de autoavaliação da EGov utiliza instrumentos direcionados para os processos educativos, bem como destaca a participação de representações docente, discente e de técnicos na CPA, além de prever o funcionamento de um Comitê Científico-Pedagógico que busca articular demanda institucional e pedagógica.

1.9. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados (indicador aplicado para fins de Recredenciamento) NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica (Ato de Credenciamento).

1.10. Ações administrativas implementadas a partir dos resultados das avaliações (indicador aplicado para fins de Recredenciamento) NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica (Ato de Credenciamento).

Dimensão 2: GESTÃO INSTITUCIONAL 4.600

2.1. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional 4

Justificativa para conceito 4: A Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos (GECC) implica na necessidade de planejamento financeiro. Observam-se esforços para implantar uma gestão institucional pautada pelo estado da arte em Administração Pública, com qualidade no

gasto público, conforme menção ao Programa de Formação Gerencial (PDI, p. 9, 13), bastante discutido nas reuniões com a Comissão de Avaliação, com os dirigentes e com o corpo técnico-administrativo. Não constam nos documentos apensados informações tangíveis sobre o custo da atividade e esforços de economicidade, em nível de controle interno, embora a EGOV (o ILB) seja auditada pela Auditoria Interna da mantenedora (o Senado) e tenha documentos que comprovem tal planejamento.

2.2. Organização institucional

5

Justificativa para conceito 5: Sobre a organização institucional (PDI, p. 15 e 16) o ILB tem um histórico de fusão de programas e reestruturações que culminaram com a organização atual, a qual atende suas atividades finalísticas e de apoio. Há sinergia entre as coordenadorias responsáveis pelo ensino superior, os treinamentos, a modalidade EaD e o programa Interlegis (cursos livres com foco nas Câmaras de Vereadores, em EaD). Há harmonia entre os sistemas e subsistemas institucionais da mantenedora e da EGOV. Nota-se que há acentuada preocupação formal e registro dos atos normativos para o funcionamento acadêmico e administrativo da escola. Em reunião com as diferentes partes do corpo social observou-se que há efetiva autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados. Chamou a atenção a polivalência de papéis do corpo técnico-administrativo, pois muitos atuam também como instrutores de cursos e na docência superior, inclusive.

2.3. Sistema de registro acadêmico

4

Justificativa para conceito 4: Sobre o sistema de registro acadêmico o PDI faz menção ao mesmo nas páginas 7, 16 e 28. O ILB utiliza os sistemas SIGAD (processos administrativos), SOLES (diário de classe, notas e frequência) e BASF (uma espécie de publicação como o "diário oficial" para assuntos administrativos do Senado), os quais tem servido às finalidades de registro administrativo e secretarial. Ademais tem uma estrutura administrativa específica para estes fins que é uma Secretaria Acadêmica para os cursos de treinamento e outra específica para os cursos lato sensu. Informações do interesse acadêmico dos educandos, inclusive notas e frequência constam também no "Portal Saberes" que é o AVA Moodle que dá suporte aos cursos presenciais. Conforme relatado pela EGOV, o sistema de registro acadêmico está em processo de modernização interdependente com o setor de documentação do Senado como um todo, no aguardo da integração dos sistemas mencionados.

2.4. Comunicação da instituição com a comunidade interna

5

Justificativa para conceito 5: Conforme relatado no PDI, nos relatórios de autoavaliação institucional, nos projetos pedagógicos dos cursos e enfatizado nas reuniões com o corpo social, a Comunicação da instituição com a comunidade interna é um ponto forte do ILB. Uma evidência disso é o link de chamada que consta na intranet do Senado, no portal do Senado, nos boletins internos, em diversos cartazes em murais, banners, e e-mails, sendo um ponto de reconhecimento por diferentes públicos nas reuniões com a Comissão de Avaliação, docentes, discentes e egressos.

2.5. Comunicação da instituição com a comunidade externa

5

Justificativa para conceito 5: O ILB, por meio do Interlegis, se comunica e interage com uma ampla rede de casas parlamentares em todo o Brasil. O alcance dos seu portfólio formativo, principalmente em EaD, tem um impacto positivo singular para as câmaras de vereadores dos pequenos municípios brasileiros, compartilhando conhecimento e instrumentalizando profissionais em temáticas críticas para estas instâncias. A relevância do tema "Comunicação" para o ILB motivou a criação do curso "Comunicação Legislativa". Cabe informar ainda que a divulgação de cursos para comunidade externa segue por email para órgãos parceiros como o TCU, a Câmara dos Deputados, AGU e outros, além de publicar também em jornais de grande circulação em Brasília.

Dimensão 3: CORPO SOCIAL

4.500

3.1. Política de formação e capacitação do corpo docente

4

Justificativa para conceito 4: Considerando que a maioria absoluta do corpo docente do ILB é de servidores e comissionados do Senado, estes acabam por serem contemplados nas políticas de desenvolvimento de pessoal, com forte ênfase nas áreas finalísticas de atuação. A escola, especificamente, tem investido muito na formação didático-pedagógica dos docentes com

cursos de curta duração que promovem reflexões acerca do conceito e da evolução da Andragogia, e instrumentalizam os docentes com técnicas da área. Conforme mencionado em reunião com a CPA e os docentes, o Regimento do Senado permite o afastamento dos servidores para fins de Mestrado e Doutorado, e, na prática, os docentes do ILB são prioritariamente indicados. Além da ênfase na formação do professor, investem em alguns eventos como congressos, seminários e palestras também. Sendo assim, atende às necessidades de desenvolvimento dos docentes do ILB em um nível muito bom.

3.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo

4

Justificativa para conceito 4: O mesmo contexto e política se aplica ao corpo técnico-administrativo, ou seja, estes estão contemplados na política maior do Senado em termos de capacitação, e a escola incentiva e libera para participação em diferentes eventos tais como seminários, palestras, congressos, cursos lato e stricto sensu. Sendo assim, atende às necessidades de desenvolvimento do ILB, no nível técnico-administrativo, em um nível muito bom.

3.3. Política de atendimento aos estudantes

4

Justificativa para conceito 4: A Política de atendimento aos estudantes contempla dois coordenadores para cada curso de pós-graduação, sendo um de natureza geral e outro especificamente pedagógico, para dar suporte à dimensão educativa, antecipando possíveis dificuldades, e construindo respostas imediatas aos problemas encontrados. Destaca-se a participação da Secretaria Acadêmica enquanto setor responsável por gerenciar os dados do itinerário formativo dos estudantes, fornecendo informações aos mesmos sempre que solicitada. Atendem aos mesmos por telefone, email, pessoalmente e via plataforma de ensino. Há uma sala destinada aos estudantes para desenvolvimento de atividades de estudo, reuniões com os docentes e encontros com os coordenadores de curso, propiciando uma relação mais próxima entre os mesmos, havendo inclusive grupo de whatsapp entre a turma e o coordenador.

3.4. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente

4

(aplica-se quando previstos no PDI)

Justificativa para conceito 4: Os discentes do ILB, conforme informado no PDI, item 3.4, pág. 16, e ratificado pelas reuniões junto aos diferentes coletivos, confirmam a existência de uma política do Senado de estímulo à participação em eventos técnico-científicos tais como congressos, seminários, encontros, palestras, bem como viagens de estudo e visitas técnicas, plenamente endossadas pela escola. A política maior de apoio à realização destes eventos é do Senado, embora a escola tenha orçamento previsto também para estimular estas atividades. Quanto à produção discente, esta foi mais evidente no campo científico e técnico, como fruto das monografias do "lato sensu" e dos recém-criados grupos de pesquisa, já perceptíveis no cotidiano do Senado, tais como o projeto E-cidadania; o incremento das interfaces das mídias sociais e o projeto "Legimática". Não se verificou como citação no PDI nenhuma produção discente no campo tecnológico, cultural ou artístico.

3.5. Coerência entre o processo de seleção do corpo docente e os cursos previstos/implantados

5

Justificativa para conceito 5: A partir da análise do PDI, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, dos Relatórios de Autoavaliação Institucional e das entrevistas com os docentes do ILB, evidenciou-se a seriedade e o rigor com que se planeja todo o processo de seleção alinhada à temática do curso e seus objetivos. Os candidatos à docência no ILB passam por etapas como: a) Cadastro no Banco de Talentos do Senado; b) Avaliação curricular com forte ênfase na experiência acadêmica como professor e experiência profissional na área que se propõe a ensinar; c) Entrevista e d) Aula, quando este já não for profissional conhecido da casa.

3.6. Titulação do corpo docente dos cursos de pós-graduação Lato Sensu

5

Justificativa para conceito 5: O corpo docente informado pelo ILB no sistema "e-mec" é composto por 13 docentes que possuem formação "stricto sensu" em sua maioria absoluta, sendo 4 doutores, 8 mestres e 1 especialista. Pôde-se constatar que os documentos comprobatórios de cada um deles constam em pasta específica para o registro de suas atividades acadêmico-profissionais no ILB.

3.7. Experiência profissional do corpo docente

5

Justificativa para conceito 5:Nos documentos institucionais apensados ao sistema, acrescidos da análise das pastas funcionais e das reuniões com os docentes, a comissão de avaliação pôde ratificar o alto grau de vivência profissional do corpo docente do ILB, possuindo todos larga e consistente experiência técnica em suas áreas de atuação, sendo a maioria absoluta de concursados com mais de 7 anos de trabalho no Senado.

3.8. Experiência de magistério superior do corpo docente

5

Justificativa para conceito 5:O corpo docente do ILB possui boa experiência em magistério superior, sendo acima de 3 anos. Atualmente é composto por 32 profissionais, com alta titulação e extensa vivência acadêmica e estão distribuídos em 3 cursos "lato sensu" em andamento na escola. Os docentes registrados no sistema e-mec em 2015, num conjunto de 13, estão contemplados neste grupo maior atual. professores): a) Diogo Ribeiro Ferreira; b) Evandro Martins Guerra; c) Gloria Maria de Miranda; d)

Dimensão 4: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

4.000

4.1. Coerência entre as políticas de ensino e as ações acadêmico-administrativas

4

Justificativa para conceito 4:Constatou-se, nos documentos apresentados e nas reuniões realizadas com o corpo social, que as ações acadêmico-administrativas convergem com os planos e ações pedagógicas; que a sistemática de atualização curricular envolve efetivamente a participação dos docentes e que há esforços de aperfeiçoamento didático. O PDI e os Relatórios de Autoavaliação denotam preocupação com o aperfeiçoamento didático dos docentes, por meio da oferta do curso de Extensão de Didática do Ensino Superior (objetivo 6, meta "a" do PDI, p. 2). Outra evidência que cabe o endosso novamente é que cada curso de pós "lato sensu" tem um coordenador geral e um coordenador pedagógico. Verifocu-se por parte da empregadora e mantenedora, em conformidade com o Regimento Administrativo do Senado Federal - RASF, que há uma a política de incentivo para os servidores cursarem pós-graduação.

4.2. Coerência entre as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais (aplica-se quando previstas no PDI)

4

Justificativa para conceito 4:Constatou-se nos documentos apresentados (PDI p. 7 e 8), Relatórios de Autoavaliação (2013-15 e 2016) e nas reuniões com o corpo docente, que as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas são favoráveis para a pesquisa e a iniciação científica. Foram apresentados diversos casos de produção científica de docentes e discentes. Como atrativo para a produção científica há: a) a própria Revista de Informação Legislativa - RIL, classificada como Qualis A2; b) premiação interna do Senado para os melhores trabalhos de conclusão de curso; c) repositório digital do ILB de acesso público; d) constar na Biblioteca do Senado, considerada a melhor do Brasil em Direito Legislativo e, e) espaço para proposição de produtos e serviços como resultados dos grupos de estudo (pesquisa). Faz-se especial menção aos Grupos de Estudos Acadêmicos como oportunidade de pesquisa e iniciação científica. Trata-se de um formato interessante, aberto não apenas aos docentes e discentes, mas aos servidores do Senado especializados no tema. A dedicação dos professores em regime parcial parece desfavorecer o tempo para a preparação de aulas e a pesquisa, porém, segundo o relato dos professores, a vivência profissional é o grande valor agregado da qualidade das pesquisas da EGOV, e que eles/ elas não se importam em adentrar numa segunda jornada de trabalho para desenvolverem sua produção acadêmica e a qualidade de suas aulas.

4.3. Programas de apoio aos estudantes

4

Justificativa para conceito 4:Embora não escrito acima, consta no PDI, p. 14: "O apoio pedagógico aos alunos é realizado pela Coordenação Pedagógica do aluno. Este apoio pedagógico é efetuado remotamente, por meio da plataforma de educação à distância ou através de consulta realizada na sala dos coordenadores. Os alunos podem receber suporte, sanar dúvidas e o sigilo é garantido em todo o atendimento, visando preservar as partes envolvidas em cada situação. Quando existe a necessidade, solicitações de alunos são levadas à Coordenação da Unidade e, em última instância recursal, ao Comitê-Científico Pedagógico." Nas reuniões com o corpo social foi complementado que para eventual necessidade de outros tipos de apoio há o suporte da mantenedora. Também foi comentado pelos discentes sobre as ações de acolhimento ao ingressante e a "aula da saudade", por ocasião da conclusão do curso, como momento de confraternização, feedback e oportunidade de fidelização do egresso para retornar

para outros cursos da escola. Pontos de melhoria foram percebidos, tais como, a falta de um trabalho específico de apoio psicopedagógico feito por profissionais habilitados; piso podotáctil e sinalização em braile para complementar a infraestrutura de acessibilidade, bem como mesas de estudante para cadeirantes.

4.4. Política e ações de acompanhamento dos egressos

4

Justificativa para conceito 4: Em reunião com a CPA e com os egressos foram confirmadas as informações acima, que constam no PDI (p. 5-7, 14, 15) e nos Relatórios de Autoavaliação 2013-15 (p. 34-39) e 2016 (p.15, 16, 44, 65). As falas enfatizaram uma fidelização do egresso que retorna para cursar outros eventos de ensino e o estímulo à produção acadêmica decorrente da pós.

4.5. Atuação dos egressos da instituição no ambiente socioeconômico

4

Justificativa para conceito 4: O PDI tem um item específico sobre acompanhamento de egressos (p. 7, 8) e os Relatórios de Autoavaliação 2013-15 e 2016 mencionam as metodologias de acompanhamento e avaliação de impacto ex-post ao curso. Ouvimos e registramos diversos depoimentos de egressos sobre valorização na carreira, transversalidade, interdisciplinaridade, maior produtividade e profundidade no desenvolvimento de seus trabalhos profissionais. Em reunião com a CPA foi comentada a introdução de novas iniciativas de avaliação de reação junto aos egressos, por exemplo, por meio pesquisa de opinião aplicada pela Secretaria de Transparência do Senado.

4.6. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem definidos no PDI

4

Justificativa para conceito 4: Os procedimentos de avaliação referentes aos processos educativos são considerados no PDI (p. 8 e 9) de forma permanente como estratégia de alinhamento as políticas internas de aperfeiçoamento, sendo aplicadas de modo variável em função das modalidades e objetivos educacionais. A CPA é apontada como elemento central do processo de alimentação e retroalimentação das instâncias decisórias e toda a comunidade acadêmica a partir da elaboração de relatórios e diretrizes gerais dos instrumentos de avaliação. Estão previstas avaliações de nível de "aprendizagem" realizadas durante e logo após a conclusão da atividade educacional e avaliações de nível de "reação" aplicadas imediatamente depois da realização de cada projeto. Além destas, avaliações de impacto também foram enfatizadas nos documentos institucionais e mencionadas nas reuniões através de entrevistas com egressos e/ou suas lideranças diretas. Além da aplicação de questionários, os projetos de atividades educacionais e suas implicações são avaliados em reuniões com a participação dos coordenadores, docentes e referências técnicas dos setores. Por fim, os trabalhos de conclusão de curso tem sofrido ajustes e modernização conforme a especificidade dos cursos, por exemplo o MBA em Gestão Integrada de Projetos incentiva a elaboração de projetos de intervenção; o Curso de Avaliação de Políticas Públicas incentiva estudos de caso aplicando as metodologias avaliativas e a elaboração de artigo científico, assim como o Curso de Análise de Constitucionalidade.

4.7. Processo seletivo discente para cursos Lato Sensu

4

Justificativa para conceito 4: Os processos seletivos previstos no PDI (p. 21 e 22) e implantados pela instituição guardam relação direta com a missão institucional de aperfeiçoamento de suas ações. Na realização dos mesmos estão presentes etapas de inscrição e submissão de documentos comprobatórios e prova com questões sobre a motivação dos estudantes, bem como a real aplicabilidade do conhecimento adquirido no exercício profissional. Estão previstos também a publicização da banca examinadora e os critérios de avaliação no edital. A correção das provas é feita sem identificação de cada participante no intuito de dar transparência ao processo seletivo. Os editais são amplamente divulgados na intranet, no site e nos canais de comunicação internos do Senado. O quantitativo de vagas ofertadas guarda relação direta com a capacidade pedagógica e infraestrutura da instituição. Em termos de diversidade e responsabilidade social cabe uma reflexão quanto à endogenia do corpo docente e discente, e nenhum percentual de oferta de vagas dos cursos lato sensu, especificamente, para a sociedade.

Dimensão 5: INFRAESTRUTURA

4.000

5.1. Instalações administrativas

3

Justificativa para conceito 3: Constatou-se, por meio das visitas às instalações administrativas, atendimento muito bom às necessidades administrativas e pedagógicas a que se propõe a escola, pois possuem um prédio próprio com salas reservadas às coordenações; aos docentes; aos discentes; ao corpo técnico-administrativo dos cursos presenciais e outro espaço para os cursos à distância; espaço para produção multimídia; secretaria acadêmica; sala para a CPA e salas de reunião. Em outro prédio, pertencente ao Senado Federal, funcionam as salas da Direção da EGOV ILB, bem como as área financeiras e de orçamento. Em conversa com os discentes, as instalações físicas foram apontadas como a maior debilidade da escola, em que pese atenderem de maneira suficiente às necessidades institucionais.

5.2. Salas de aula

3

Justificativa para conceito 3: O ILB possui 4 salas de aulas com capacidade para 35 a 40 alunos com cadeiras de estudante estofadas, mesa e cadeira para professor, todas climatizadas, com quadro branco e TVs de 55 polegadas. Em apenas 1 sala verificamos a existência de projetor multimídia. Para a realização de cursos mais específicos, que demandem uso de tecnologia, como o curso de Gestão Integrada de Projetos, há um laboratório com 15 computadores, em ambiente climatizado, quadro branco e datashow. Cabe aqui uma consideração crítica apenas ao layout das 4 salas de aula e a quantidade demasiada de cadeiras, de forma a reduzir consideravelmente a mobilidade das pessoas.

5.3. Auditório(s)

4

Justificativa para conceito 4: Os auditórios da EGOV Instituto Legislativo Brasileiro atendem muito bem às demandas da escola. Possuem dois auditórios distribuídos em prédios distintos. Para ofertas formativas de porte médio ou pequeno há um auditório situado no próprio prédio da Coordenadoria do Ensino Superior - COESUP, com capacidade para 50 alunos, equipamento de som completo, computador, quadro branco, projetor multimídia e ambiente climatizado. Já para eventos como aulas inaugurais, seminários, palestras e formaturas a escola utiliza o auditório do Senado Federal, no edifício antes ocupado pelo programa Interlegis, situado muito próximo da escola, com capacidade para 150 pessoas, com sistema de som, áudio, vídeo, iluminadores, projetor multimídia e ambiente climatizado. Embora sejam auditórios muito bons estão dispersos em diferentes edifícios, e nem todos sob a governança do ILB. Ambos os espaços demonstram boa capacidade funcional, atendendo aos requisitos de higiene, ventilação, acessibilidade e conservação.

5.4. Espaços para atendimento aos alunos

4

Justificativa para conceito 4: A Egov possui secretaria acadêmica com balcão de atendimento direto aos alunos. Os mesmos também têm oportunidade de atendimento pessoal na sala dos coordenadores, e ainda no espaço da sala da CPA, que contempla a possibilidade de atendimento a um grupo de alunos, com privacidade e fácil acesso em todos eles. Além do atendimento presencial, a escola tem canais de atendimento telefônico, por e-mail e pela plataforma Saberes. Por fim, em caso de emergências em saúde, o alunado pode ser atendido num posto médico ligado à escola.

5.5. Infraestrutura para Comissão Própria de Avaliação - CPA

3

Justificativa para conceito 3: A CPA possui espaço próprio com mesa e 12 cadeiras para as suas reuniões, além de apoio telefônico e computador. Tal espaço atende de maneira suficiente ao que se propõe, mas parece insuficiente para os planos de crescimento da escola e maior representatividade dos seus coletivos.

5.6. Instalações sanitárias

5

Justificativa para conceito 5: As instalações sanitárias atendem, perfeitamente, às demandas da escola. O ILB possui banheiro masculino com capacidade para atender 4 pessoas por vez, sendo um adaptado para deficientes e outro feminino também nas mesmas condições. Alto grau de limpeza, ventilação, iluminação e conservação.

5.7. Biblioteca: infraestrutura física

5

Justificativa para conceito 5: O ILB faz uso da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, pertencente ao Senado Federal e existente há 191 anos. Possui uma área física com aproximadamente 1,5 mil m², com acervo de mais de 3 milhões e meio de obras, sendo considerada a maior do Brasil na área de Direito Legislativo, e dentre as principais no campo

das Ciências Sociais. Os alunos do ILB tem acesso total e irrestrito às obras e ao uso de suas instalações de estudo individual e em grupo. Encontra-se fisicamente muito próxima da escola de governo.

5.8. Biblioteca: acervo físico e ou virtual

5

Justificativa para conceito 5:Conforme mencionado no item 5.7, a Biblioteca do Senado possui um acervo físico singular em termos qualquantitativos nas áreas de conhecimento que lhe são pertinentes. Outros pontos fortes são a rede RVBI - Rede Virtual de Bibliotecas; os convênios com as mais importantes bases de dados nacionais e internacionais em Direito, Ciências Sociais e outros; o autosserviço de devoluções; o repositório digital de monografias do ILB; o serviço de clipping; o serviço de higienização dos livros em parceria com a APAE; a audioteca (PDI, p. 17) e a constância na aquisição de obras novas, que sempre contemplam as demandas do ILB.

5.9. Serviços e informatização de acesso aos acervos

5

Justificativa para conceito 5:Idem 5.8, com destaque para o amplo e fácil acesso aos acervos, à facilidade das buscas on-line, à Rede RVBI (composta por 12 bibliotecas federais), ao quadro de bibliotecárias e ao acervo digital. O acervo foi elogiado pelos alunos nos relatórios de autoavaliação de 2013 - 2016 (p. 49) e 2016 (p. 23). A gestão do acervo é totalmente informatizada (sistema ALEPH), o que viabiliza o acesso de servidores e alunos pela intranet. O cidadão comum tem acesso pela página do Senado ou pela página própria da biblioteca. Possui inúmeras obras em braile. É composta por um corpo funcional de 100 profissionais, tendo 22 bibliotecárias.

5.10. Plano de atualização do acervo

5

Justificativa para conceito 5:Em vistoria à Biblioteca constatou-se a veracidade das informações extraídas do PDI. Observa-se que a atualização do acervo é considerada estratégica para a consultoria legislativa, beneficiando também o ILB, que sempre pode contar com a aquisição das obras referenciadas nos PPP dos cursos, de acordo com o Relatório de Autoavaliação 2016 (p. 18). Tem dinâmica de aquisição mensal em torno de 300 livros e anual numa média de 3000 obras. As monografias, dissertações e teses tem local próprio em acervo impresso e digital.

5.11. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física (aplica-se quando previsto no PDI)

3

Justificativa para conceito 3:Embora a organização tenha informado que não se aplica, o PDI menciona o laboratório de informática no Relatório de Autoavaliação (tríennio 2013 a 2015, p. 45, 47 e 48). Ademais, "in loco" verificamos um pequeno estúdio de gravação de aulas e uma sala técnico-administrativa para a gestão dos recursos e cursos em EaD, todos atendendo de maneira suficiente às necessidades institucionais.

5.12. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços (aplica-se quando previsto no PDI)

3

Justificativa para conceito 3:Idem item 5.11. Acrescente-se que, embora a governança dos recursos e cursos EaD pertençam à Coordenadoria de Treinamento - COTREN, há de se considerar o compartilhamento de uso do Portal Saberes pela Coordenadoria do Ensino Superior - COESUP.

5.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

5

Justificativa para conceito 5:Em vistoria e demonstrações "in loco" verificou-se a veracidade das informações apresentadas. Os cursos de pós-graduação se beneficiam do Portal Saberes, em AVA Moodle, de acordo com o PDI (p. 6, 15). Outros sistemas como o Soles e o SIGAD, já citados anteriormente, completam a necessidade de registro e controle acadêmico da escola, demonstrando seu compromisso e investimento em TI e Comunicação. Os Relatórios de Autoavaliação - triênio 2013 a 2015 (p. 4, 18) e o de 2016 (p. 27) fazem ênfase à ampla difusão dos cursos em EaD do programa Interlegis e sua imbricação com o ILB como um todo.

5.14. Espaços de convivência e de alimentação

3

Justificativa para conceito 3:Confirmam-se as informações apresentadas. Verificou-se que são minimamente suficientes os espaços de convivência discente dentro do edifício principal do

ILB, com uma pequena sala específica para estes fins. Também se mostrou viável o espaço do servidor para fins de convivência dos alunos do ILB, em que pese ser outro edifício a alguma distância dali. Quanto aos locais para eventos, para além do ILB, as instalações do Senado oferecem múltiplas alternativas, embora dispersas. Sobre os auditórios do ILB, especificamente, nota-se que há excesso de assentos congestionando o layout e a circulação interna.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, arts. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Sim 10.098/2000, nos Decretos, 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003

Justificativa para conceito Sim: A instituição oferece condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida através de rampas de acesso às instalações do prédio, como sala de aula e banheiros, estando todos no nível térreo. Além disso oferta cursos de Libras e sua inserção em material instrucional EAD. Entretanto, conforme já apontado no item 4, há muitos pontos a serem melhorados como piso podotáctil, placas em Braile, mesas para cadeirantes, janela libras nos cursos em EAD, sendo este último previsto para 2018.

Critério de análise:

A Instituição apresenta condições de acessibilidade?

6.2. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004

Sim

Justificativa para conceito Sim: A instituição está em cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, considerando os aspectos da avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento. O ILB, de forma articulada ao Senado, promove a divulgação e a produção de competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) relacionadas à cidadania, com respeito à pluralidade étnico-racial. Tais estratégias fomentam a formação de servidores e cidadãos capazes de interagir e negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e à valorização da identidade de diferentes coletivos. As sessões técnicas, científicas e os processos educativos formulados pela instituição, assinaladas no PDI, procuram oferecer uma resposta à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade, dando tratamento às questões e temáticas que dizem respeito a este coletivo.

Critério de análise:

A Instituição cumpre as exigências das legislações?

6.3. Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002, e na Resolução CP/CNE nº 2/2012

Sim

Justificativa para conceito Sim: Considerando que a Educação Ambiental se forja na interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho e o consumo, o ILB busca através de suas ações e diretrizes superar a visão despolitizada e acrítica sobre o tema. Nesse sentido estão previstos no PDI e são desenvolvidos cursos e sessões técnico-científicas voltados para a formação da consciência ambiental, estimulando a reflexão crítica e propositiva sobre o tema, a partir da construção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais relacionados à equidade socioambiental e a proteção do meio ambiente. Há também uma preocupação com o gerenciamento de resíduos e a sustentabilidade no programa "Senado Verde". Ações de sensibilização e conscientização podem ser melhor exploradas na própria escola, investindo em campanhas mais densas de consumo consciente de energia, água e papel, por exemplo.

Critério de análise:

A Instituição cumpre as exigências das legislações?

6.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE nº 8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº 1 de 30/05/2012

Sim

Justificativa para conceito Sim: A instituição incorpora as referidas diretrizes em seus PPC, e

apresenta como eixos fundamentais o uso de conceitos e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. No que se refere diretamente à educação, destacam-se os aspectos relacionados às dinâmicas de transformação social fundamentadas nos princípios de: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização da diversidade, da equidade e da democracia.

Critério de análise:

A Instituição cumpre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos?

6.5. Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, de acordo com o Decreto Lei nº 5.707/2006 Sim

Justificativa para conceito Sim: A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas está atendida quanto ao seu objetivo de melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Nesse aspecto, as diretrizes do PDI e as ações institucionais realizadas se expressam no incentivo e apoio ao servidor em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, assegurando aos mesmos o acesso a processos educativos e eventos de capacitação interna ou externa ao seu local de trabalho, além de promover a formação gerencial para o exercício de atividades de direção e assessoramento. A PNDP é incorporada à política de valorização das carreiras do Senado.

Critério de análise:

A Instituição atende ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoal?

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :**CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES**

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

Esta comissão, pautada pelo compromisso de atuar com imparcialidade e lisura, concretiza as análises cabíveis e consolida a avaliação de cada uma das cinco dimensões, bem como o preenchimento dos requisitos legais e normativos, decidindo, por consenso, atribuir os seguintes conceitos finais por dimensão:

1) Dimensão Planejamento e Desenvolv. Institucional - Conceito 4,1

O ILB revelou-se uma instituição com desempenho muito bom no que se refere aos itens analisados. Destacam-se as ações de defesa e promoção dos direitos, a coerência dos cursos com as competências do Senado, a dinâmica de funcionamento da CPA, que a partir de sua ampla representatividade possibilita o encaminhamento de questões pedagógicas e institucionais com agilidade, participação e visão sistêmica. A missão institucional e as metas e objetivos encontram-se articulados de maneira sinérgica no PDI.

2) Dimensão Gestão Institucional - Conceito 4,6

Como um todo pode ser considerada muito bem adequada à gestão do ensino e da pesquisa em conformidade com o PDI. Observa-se uma organização institucional com um orçamento justo e com um quadro funcional suficiente para os processos acadêmicos e de apoio para os cursos de pós-graduação. Constatou-se que há ampla comunicação interna das oportunidades formativas oferecidas. O mesmo vale para a comunidade externa, para a qual há cursos livres na modalidade EaD (Interlegis), que estão incorporados não apenas no histórico institucional do ILB, mas também na gestão do conhecimento desta EGOV.

3) Dimensão Corpo Social - Conceito 4,5

O corpo social foi um dos pontos altos e de destaque desta avaliação, tal o nível de qualidade profissional apresentada tanto pelos gestores e técnicos-administrativos, quanto pelos docentes em titulação e vivência acadêmica. A consistente política de desenvolvimento de pessoas defendida pelo Senado, e ratificada pelo ILB, leva para a sala de aula proeminentes profissionais/acadêmicos que viabilizam o conhecimento teórico e prático no estado da arte. Cabe o endosso da necessidade de maior apoio aos discentes na realização e participação em eventos de cunho cultural, artístico e tecnológico.

4) Dimensão Desenvolvimento Profissional - Conceito 4,0

Em uma análise sistêmica e global pode ser considerada muito coerente. São dignas de nota as seguintes práticas: a política de valorização da carreira atrelada à formação em nível de pós-graduação; os critérios transparentes de acesso aos cursos; as metodologias de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem em diferentes tempos, níveis e coletivos do corpo social; a fidelização dos egressos em outros cursos. Em resposta à necessidade de maior desenvolvimento da pesquisa em nível institucional, estão em início os grupos de estudos.

5) Dimensão Infraestrutura - Conceito 4,0

Apresentou-se como potencialidade da instituição para o desenvolvimento de suas ações de gestão, ensino e pesquisa. Destacam-se nesse item o desenvolvimento de processos educativos na modalidade EAD e a utilização do Portal Saberes, em AVA Moodle, enquanto um eficiente instrumento de tecnologia de informação e comunicação.

A excelente Biblioteca, ampla, moderna e acessível permite aos estudantes acesso a um grande acervo físico e virtual que contempla as mais diferentes áreas de conhecimento relacionadas aos objetivos e estratégias educacionais e institucionais.

Destacam-se, entretanto, algumas necessidades de melhoria nas instalações no que tange à conservação física; mais salas de aula que atendam a demanda crescente; modernização na refrigeração e projetores multimídia em todas as salas de aula.

CONCLUSÃO

Esta comissão, considerando a análise documental, as visitas às instalações físicas e entrevistas com todo o corpo social, pode verificar o alto grau de compromisso, orgulho de pertencimento e vontade de crescer que move a todos. A avaliação transcorreu de forma satisfatória sem qualquer intercorrência que viesse a interferir ou prejudicar o trabalho da comissão.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :**CONCEITO FINAL****4**